

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ANO XVII – Nº 4147 – Edição Extra | Campo Grande-MS | quinta-feira, 21 de agosto de 2025 – 2 páginas

CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Jerson Domingos
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid <i>Cons. Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel - Ato Convocatório n. 002, de 05/01/2023</i>
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo <i>Cons. Substituto Célio Lima de Oliveira - Portaria TCE/MS n. 204, de 14/05/2025</i>

1ª CÂMARA

Conselheiro	Jerson Domingos
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	<i>Cons. Substituto Célio Lima de Oliveira - Portaria TCE/MS n. 204, de 14/05/2025</i>
Conselheiro	Ronaldo Chadid

Cons. Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel - Ato Convocatório n. 002, de 05/01/2023

2ª CÂMARA

Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Iran Coelho das Neves

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

SUMÁRIO

ATOS PROCESSUAIS	2
------------------------	---

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012
Regimento Interno.....	Resolução nº 98/2018





ATOS PROCESSUAIS

Presidência

Decisão

DECISÃO DC - GAB.PRES. - 925/2025

PROCESSO TC/MS : TC/2429/2025
PROTOCOLO : 2792306
ÓRGÃO :
JURISDICIONADO :
ADVOGADOS : CARLOS A. J. MARQUES e MURILO MEDEIROS MARQUES
TIPO PROCESSO : PROCESSO ADMINISTRATIVO

Vistos, etc.

Trata-se de petição apresentada pelo Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, por meio da qual encaminha cópia da decisão proferida nos autos do Inquérito 4.982-DF, da lavra do Ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, para as providências cabíveis.

A decisão está assim redigida:

“(...) Outrossim, vencido o prazo de vigência das medidas cautelares impostas pelo Superior Tribunal de Justiça, sem que tenha havido pedido de prorrogação pelo titular da ação penal, caberá ao eminente Relator competente analisar os requisitos para imposição, ou não, de novas medidas. Enquanto isso, nas palavras da própria Procuradoria-Geral da República, as medidas cautelares “merecem ser consideradas insubstinentes” (fl. 3.562).

Em razão dessa circunstância, julgo prejudicados os agravos regimentais interpostos, competindo, doravante, a análise e os requerimentos à instância competente.

Ante o exposto, declino da competência e determino remessa imediata do presente Inquérito ao Superior Tribunal de Justiça, para prosseguimento, juntamente com os seguintes procedimentos: Pet 13.161; Pet 13.162; Pet 13.163; Pet 13.164; Pet 13.165; Pet 13.166; Pet 13.167; Pet 13.168; Pet 13.169; Pet 13.213; e Pet 13.467.

Promova-se baixa imediata no sistema informatizado deste Tribunal, em relação aos procedimentos encaminhados. (...)"

É o relatório essencial.

Decido.

A Constituição Federal consagra o princípio da presunção de inocência (art.5º, LVII) e estabelece que as medidas restritivas de direitos são excepcionais. O afastamento de um membro de Tribunal de Contas de suas funções constitui uma dessas medidas cautelares excepcionais, cuja manutenção depende estritamente da vigência da ordem judicial que a determinou.

Conforme se extrai da decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, no Inquérito 4.982-DF, as medidas cautelares anteriormente impostas ao Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo foram consideradas “insubstinentes” em razão do decurso de seu prazo de vigência, sem pedido de prorrogação pelo órgão de acusação.

Diante disso, neste momento, não subsiste óbice para retorno ao cargo e, por isso, convoco o Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo para o exercício ordinário de suas atribuições junto a este TCE/MS.

Em consequência, revogo, a partir desta data, a Portaria TCE/NS n. 204, de 14 de maio de 2025, que havia convocado o Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira para officiar em substituição.

Determino, ainda, à Diretoria de Serviços Processuais que adote todas as providências cabíveis para a imediata transferência do acervo processual sob a responsabilidade do referido Conselheiro Substituto ao gabinete do Conselheiro titular.

Cientifiquem-se, com urgência, o Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo e o Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira.

Publique-se.

Campo Grande/MS, na data da assinatura digital.

Conselheiro Flávio Kayatt
Presidente

